

Assembléia mantém a greve por unanimidade

Manter a greve; continuar negociando com o Cruesp para conquistar a parcela fixa e demais reivindicações; continuar lutando pela retirada dos decretos de Serra que ferem a autonomia universitária e pela retirada do PLC 30 (SPPrev): assim decidiu a assembléia geral da Adusp de 25/5, aprovando a orientação do Fórum das Seis.

As deliberações foram tomadas após a exposição de informes das reuniões setoriais da Psicologia, Fofito, ICB, Física, Educação, Biociências, EACH, ECA e FAU.

A assembléia deliberou que o próximo passo, no tocante a SPPrev, seria acompanhar a sessão plenária de votação do PLC 30, prevista para a tarde de segunda-feira, 28/5. As alterações realizadas na última versão do projeto são de pequena monta e não atendem às principais reivindicações do funcionalismo público.

Quanto à defesa da autonomia e à luta por mais verbas para a Educação em todos os níveis, a assembléia definiu 31/5 como “Dia Estadual de Luta em Defesa do Sistema Público de Ensino e Pesquisa no Estado

Calendário de atividades

28/5 – manhã: realização de reuniões setoriais para discussão da pauta da próxima Assembléia;

- **12h00:** distribuição de carta aberta (panfletagem) nos restaurantes da USP (encontro às 11h45 na sede da Adusp);
- **16h30:** acompanhar a plenária de votação na Alesp do PLC 30 (SPPrev) – saída de ônibus às 14 horas;

29/5 – 10h00: Assembléia Geral da Adusp, no anfiteatro da Geografia;

31/5 – Ato no Palácio dos Bandeirantes.

de São Paulo”, e aprovou com esta finalidade a realização, na mesma data, de um ato público diante do Palácio dos Bandeirantes, para o qual será convidada a Apeoesp, estendendo-se o convite aos pais de alunos.

Por outro lado, o apoio às reivindicações estudantis e a determinação de rejeitar a “agenda da Polícia Militar” no tocante à ocupação da Reitoria foram ratificados por meio de uma moção dirigida à reitora Suely Vilela, na qual se pede “que sejam reabertas as negociações já empreendidas com os estudantes, e que sejam acionados os mecanismos jurídicos pertinentes para que a ação da reintegração de posse não seja executada” (vide quadro na p. 3).



Fotos: Daniel Garcia

Assembléia de 25/5, após examinar propostas dos reitores e outras informações, decidiu manter a greve. Ao lado, jornalistas entrevistam o presidente da Adusp

Foi remetida para a próxima Assembléia a continuidade da discussão sobre construção de uma Estatuínte.

Espaço na mídia

Diversos participantes da assembléia questionaram o largo espaço que alguns meios de comunicação têm concedido a setores críticos da greve dos docentes e da ocupação



da Reitoria, sem que idêntico espaço seja concedido aos movimentos. A assembléia aprovou recomendação no

sentido de que emissoras e jornais sejam procurados para que a cobertura dos fatos seja equilibrada.

Assembléia Geral da Adusp
29/5, 3ª-f, 10h, no Anfiteatro da Geografia
Pauta: Greve e Estatuínte

Campanha salarial tem início promissor. Mas é preciso lutar para conquistar a parcela fixa

Relato das atividades do Fórum das Seis em 23/5 (e um breve balanço)

Um rápido balanço dos últimos dias indica um promissor início de campanha salarial. Porém, a continuidade da greve se impõe para lutar pela incorporação da parcela fixa e demais reivindicações da pauta unificada. É importante fazer um retrospecto detalhado.

Reunião preparatória

O Fórum das Seis reuniu-se na manhã e parte da tarde de 23/5, na Adunicamp, antes da primeira reunião de negociação da pauta unificada da Campanha Salarial deste ano com o Cruesp. Participaram da reunião as seguintes entidades: Adunesp, Adunicamp, Adusp, DCE-Unicamp, Sintunesp, STU, Sinteps e Fasubra.

Os representantes das entidades relataram suas atividades de preparação ou de início da greve em defesa da universidade e dos serviços públicos e contra o PLC 30/05, que cria a São Paulo Previdência (SPPrev). Discutiu-se também a organização e data de um Ato no Palácio dos Bandeirantes em defesa de nossas reivindicações e emendas na LDO-2008.

A parte final da reunião foi dedicada à preparação da intervenção do Fórum na reunião com o Cruesp. Foi definida a seguinte ordem de assuntos: proposta salarial do Cruesp; propostas de emendas na LDO; Decretos e repúdio à chamada de polícia nos *campi*.

Reunião com Cruesp

Proposta salarial do Cruesp. O presidente do

Cruesp anunciou que recebeu do Secretário do Planejamento, em **23 de maio de 2007**, os números finais de arrecadação do ICMS dos primeiros quatro meses do ano, que indicam um crescimento de 2,22% em relação à previsão inicial. Ele informou também que, com base na previsão anual da arrecadação de ICMS de R\$ 43,250 bilhões (limite inferior), o comprometimento com o eventual atendimento de nossa reivindicação de R\$ 200 + 3,15% seria de 93% para Unesp e Unicamp e 91,74% para a USP, o que estaria acima dos limites com que trabalham.

O presidente do Cruesp informou também que via dificuldades na implementação dos R\$ 200 fixos por dois motivos: a) essa proposta “destruiria a estrutura das carreiras, pois quebraria a lógica dos 5% dos interstícios da carreira” dos funcionários técnico-administrativos; b) os R\$ 200 significariam um incremento de 5,16% na folha de pagamento das três universidades. Assim, o Cruesp rejeitou a parcela fixa da proposta do Fórum e apresentou a proposta de um reajuste de 3,37%, que representa o índice Fipe do período, portanto cobrindo a inflação do período de data-base. Esse reajuste representaria um comprometimento de 90,3% para Unesp e Unicamp e 89,18% para a USP, sempre com base na previsão mínima de arrecadação do ICMS para este ano.

Os representantes do Fórum das Seis consideraram



Assembléia de 23/5, no momento de aprovação da greve

a proposta um bom início de negociação salarial, que seria levada para a avaliação das assembléias das entidades. No entanto, defenderam a necessidade de se caminhar para a proposta apresentada pelo Fórum, que indica um incremento fixo de reajuste para diminuir a enorme diferença entre os menores e maiores salários vigentes no interior das três universidades. Argumentaram também que é possível encontrar uma fórmula de alteração do valor dos interstícios de carreira compatível com a concessão de um valor fixo de reajuste.

O Fórum foi informado também de que o Cruesp recebeu ofício, datado de **23 de maio de 2007**, proveniente da Secretaria de Gestão Pública e assinado

pelo secretário Sidney Beraldo, afirmando que **não são aplicáveis** às universidades os Decretos 51.471, de 02/01/2007 (veda a admissão ou contratação de pessoal docente e administrativo), e 51.660, de 14/03/2007 (institui a Comissão de Política Salarial).

LDO-2008. O Fórum apresentou suas tradicionais emendas, que contemplam 10,5%, 11% e 11,6% do ICMS para as universidades e 1%, 1,5% e 2,1% para o Centro Paula Souza, além de uma emenda nova, que preserva os 9,57% no *caput* do Artigo 4º e inclui um novo parágrafo que contempla um acréscimo de, no mínimo, 0,86% do ICMS. Essa nova emenda tem a finalidade de recuperar os 10,43% que haviam sido aprovados pela Co-

missão de Finanças e Orçamento no ano passado e, ao mesmo tempo, busca evitar que as universidades fiquem sem vinculação de recursos na LDO, caso o Governador vete o *caput* do Artigo modificado, como aconteceu nos últimos dois anos.

O Cruesp informou que procurou incluir no *caput* do Artigo 4º a expressão “no mínimo”, antecedendo os 9,57%, que foi excluída na proposta de LDO encaminhada pelo governador Serra. Além disso, propuseram itens específicos de acréscimos relativos às já realizadas expansões ou incorporações de escolas, como os 0,07% correspondentes à incorporação da Faculdade de Engenharia Química de Lorena (Faenquil) pela USP. O presidente do Cruesp tam-

Decretos continuam a ameaçar o futuro da universidade

Moção à Reitoria da USP

A Assembléia Geral da Adusp, reunida em 25/05/07, dirige-se à Reitora da USP, Profa. Suely Vilela, com vistas a pôr fim à grave ameaça que paira sobre a autonomia universitária caso a ação de reintegração de posse da Reitoria, ocupada pelos estudantes, seja executada através de ação policial.

Reivindicamos, para tanto, que sejam reabertas as negociações já empreendidas com os estudantes, e que sejam acionados os mecanismos jurídicos pertinentes para que a ação de reintegração de posse não seja executada.

A procura de uma saída pacífica, negociada através da discussão, e restrita à comunidade universitária, é a única que condiz com o espírito democrático e autônomo que deve imperar na universidade pública.

Assembléia Adusp 25/05/07



Aspecto da assembléia de 23/5

bém argumentou em favor de uma lei específica, que estabelecesse uma vinculação definitiva de percentual para as universidades.

Decretos. O Fórum questionou o Cruesp a respeito de sua interpretação da manifestação do Secretário da Fazenda, de 16/5/2007, que afirmava “a decisão do Governo de definir, em entendimento com os Reitores, um regime adequado de remanejamento de dotações orçamentárias...” que, no entender do Fórum, é uma interferência na autonomia. O presidente do Cruesp reconheceu haver dificuldades em estabelecer contato com a Secretaria da Fazenda e afirmou que, apesar dessa resposta, as universidades continuam a fazer os remanejamentos que julgam necessários a despeito dessa resposta do Secretário.

Polícia nos campi. O Fórum manifestou sua condenação de qualquer interferência da Polícia Militar nos

campi das três universidades e que a negociação é a única saída para qualquer tipo de conflito. Em particular, foi enfatizado o impasse vivenciado pela ocupação da Reitoria da USP. Quando a Reitora manifestou que deveria cumprir decisão judicial, a representação do Fórum manifestou que o impasse deve ter solução política e não jurídica ou policial. Os outros dois reitores manifestaram-se também a favor de uma solução política para esse impasse.

Próxima reunião com o Cruesp. Ao final da reunião foi acertada a data de 01 de junho, sexta-feira, às 15 horas, para continuidade da negociação entre o Fórum e o Cruesp.

Encaminhamentos

Após a reunião com o Cruesp, o Fórum voltou a se reunir para analisar brevemente a situação e propor encaminhamentos para o movimento, contando com

a participação do Sintusp e da UEE. Foi unânime a avaliação de que a greve dos estudantes da Unicamp e da USP e a greve aprovada pelos docentes dessas instituições, no dia **23 de maio de 2007**, fortaleceram significativamente o movimento nas três universidades. Foram aprovados os seguintes encaminhamentos:

- Continuidade da greve em defesa da parcela fixa de reajuste, contra os Decretos, por mais recursos para a permanência estudantil e moradia e contra o PLC 30.

- **ATO no Palácio dos Bandeirantes** no dia 31/5, quinta-feira, às 14 horas, contra os Decretos, o PLC 30 e a LDO-2008 do governo Serra.

- Nova reunião do Fórum no dia 29/05, 3ª feira, às 16 horas, na sede da Adusp para avaliação dos encaminhamentos aprovados pelas assembléias das entidades e preparação do Ato de 31/05.

Breve balanço

O movimento obteve, até aqui, resultados significativos: embora não tenha sido aceita pelo Cruesp a parcela fixa de reajuste — reivindicação fundamental proposta pelo Fórum para esta data base —, não podemos deixar de reconhecer um início auspicioso de campanha salarial, que cobre a inflação do período. Mas é claro que a continuidade da greve é necessária para lutar pela incorporação da parcela fixa, que diminui o fosso entre salários menores e maiores.

Colocamos o dia **23 de maio de 2007** em destaque porque fornecer a atualização dos valores do ICMS nessa data não é mera coincidência. Por outro lado, é dessa data também o ofício do Secretário de Gestão Pública ao Cruesp, anunciando, 4 meses e 21 dias após a assinatura do Decreto 51.471, que as universidades estão fora da tutela do Poder Executivo quanto à contratação de pes-

soal, e, dois meses e nove dias após a assinatura do Decreto 51.660, que as universidades não submeterão sua negociação salarial à Comissão de Política Salarial. No entanto, tais decretos continuam a ameaçar o futuro das universidades, pois o ofício, de natureza conjuntural, não altera a letra dos Decretos. Além disso, dentre outros aspectos nocivos, os demais Decretos atacam a autonomia e a qualidade da educação superior, pois a dividem em diferentes secretarias e priorizam a pesquisa operacional.

Outro tema importante é a luta contra o PLC 30, que ameaça os direitos previdenciários do pessoal contratado precariamente e os que foram contratados após 2003. Ademais, é fundamental a luta por mais recursos para políticas de permanência estudantil.

Tudo isso sinaliza a necessidade da continuidade da greve e da realização do ATO no Palácio dos Bandeirantes no dia 31/5.

Em dia nacional de luta, ato do funcionalismo público e movimentos populares na Paulista reúne 10 mil

Manifestantes saíram em passeata até a Assembléia Legislativa

O dia 23/5 foi marcado por manifestações unificadas em vários pontos do país, contra a retirada de direitos dos trabalhadores, pela manutenção do veto à chamada Emenda 3, e em defesa do direito de greve. Os atos foram organizados pelas centrais sindicais CUT, Intersindical e Conlutas, e por movimentos sociais.

Em São Paulo, houve protestos na capital e no interior. Na capital, um primeiro ato ocorreu diante da sede da Federação das Indústrias (Fiesp), pela manhã. À tarde houve uma segunda manifestação, reunindo cerca de 10 mil pessoas, que saíram do Masp, na Avenida Paulista, e seguiram em passeata até a Assembléia Legislativa (Alesp), no Ibirapuera. Participaram professores e funcionários das universidades públicas paulistas e da rede estadual do ensino médio, servidores da Saúde e do Judiciário, estudantes, militantes dos Movimentos Sem Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Contra SPPrev

Além das pautas da mobilização nacional, o ato iniciado no Masp incorporou a luta contra a SPPrev (PLC 30) e contra os decretos do governador Serra que atingem a autonomia universitária, bem como contra o arrocho salarial do funcionalismo público estadual.

Na chegada à Alesp, houve confronto entre uma parte dos manifestantes — que esperavam acompanhar a discussão em plenário do PLC 30 — e a Polícia Militar, que usou cassetetes e spray de pimenta para impedir o acesso ao prédio.



Fotos: Daniel Garcia

A chuva não foi suficiente para sufocar o ânimo dos manifestantes

O deputado Sérgio Olímpio, do PV, tentou acalmar os ânimos, subindo ao caminhão de som: “É isso que o governo quer, que o servidor agrida o policial, que o policial reaja e agrida o servidor, mas quem agride o servidor, quem agride o policial, é o governo, com o SPPrev”, afirmou o deputado, que é major da PM. A situação só foi contornada quando a Alesp aceitou receber uma comissão para negociar a entrada de parte dos manifestantes.

